



A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA MODALIDADE DE ENSINO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Milena Brito Alves ¹
Sileide Mendes da Silva ²

RESUMO

O presente artigo busca fazer uma análise teórica sobre o aluno deficiente visual na modalidade de ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos) da sua história, seu processo de leitura e escrita, seu aprendizado, particularidades e leis inclusivas. O referencial teórico se baseia em pesquisas sobre a temática e autores citados como Reis (2010), Sá (2007), Campos e Silva (2007), Amiralian (1997), Goes (1996) e outros. A pesquisa é de natureza qualitativa e retrata também algumas leis voltadas para a educação inclusiva, utilizadas no contexto educacional. A pesquisa procurou abordar a deficiência visual e um breve histórico, o aluno cego na modalidade de ensino EJA e o sistema de leitura e escrita utilizado pelo aluno deficiente visual, sistema braille trazendo em evidência então que o que falta para que a real inclusão aconteça não são as leis, nem os mecanismos utilizados para ensinar e transmitir o conhecimento ao aluno, mas sim a sensibilização e o desenvolvimento de humanização em sala de aula para receber o diferente em suas vidas e cotidiano com aceitação e respeito a suas particularidades.

Palavras-chave: EJA, Deficiente visual, Inclusão, Braille.

INTRODUÇÃO

Ao se falar em educação inclusiva rapidamente vem a memória a inclusão de alunos com algum tipo de deficiência no ensino básico que é um grande desafio para se trabalhar, mas ao analisar pode-se perceber que a inclusão vai muito além da Educação Básica, embora não tenha muita ênfase, a inclusão também se faz presente no ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que é uma modalidade de ensino que oportuniza as pessoas que não tiveram acesso à educação no tempo correto e precisaram concluir seus estudos.

Em um contexto geral, percebe-se que a educação objetiva garantir a todo e qualquer ser humano o direito a uma educação de qualidade e sem exceções, independente do social, cultural, gênero, raça, cor, religião, idade e suas condições físicas. Esse direito abrange também a Educação de Jovens e Adultos (EJA) que se destina a jovens e adultos de diferentes faixas etárias que buscam concluir sua formação. E não seria diferente para a pessoa com

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser- UNIFAN, britomilena.rso@gmail.com.

² Professora orientadora, mestre em Ciências da Educação. Professora da Faculdade Alfredo Nasser - UNIFAN, Remanso – BA, e-mail: sileidemendes.uneb@gmail.com.





deficiência uma vez que, a própria lei estabelece que haja o acesso do indivíduo à escola e também a sua permanência.

Sendo assim, esse trabalho estará voltado para temática “O aluno com deficiência visual na modalidade de Ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos)” trazendo uma visão dos direitos que norteiam essa modalidade de ensino, do processo de ensino que é adotado e se o mesmo consegue alcançar esse grupo, voltou-se também para a acessibilidade não só dos conteúdos, mas como também do ambiente na qual o ensino acontece (que se torna extremamente essencial para que haja a inclusão) e as dificuldades mais presentes nesse contexto sejam elas no aprendizado, no âmbito familiar, no convívio com os demais colegas, professor e a escola.

A escolha da temática parte do pensamento de que em nosso cotidiano, possuímos o convívio com diferentes pessoas, histórias e consequentemente conhecemos alguém que não teve acesso à educação no tempo adequado, não teve a oportunidade ou até mesmo retomou os estudos através da modalidade de ensino EJA, mas dificilmente conhecemos alguém com deficiência que cursa o ensino de EJA, nem como se dá esse ensino e o acesso dessa pessoa à escola. Logo, desperta-nos o interesse e a curiosidade em se questionar e se inteirar sobre o assunto.

A partir disso, pode-se observar o quanto o tema torna-se relevante de ser comentado, estudado e compartilhado, pois, trata-se de um assunto que ainda é pouco discutido e explorado necessitando de mais evidência, pois ao se falar de EJA imediatamente nosso pensamento se volta apenas para pessoas de idade avançada ou que deixaram os estudos do horário diurno para trabalhar e esquecemos que pessoas com deficiência também estudam e encontram nessa modalidade uma forma de concluir seus estudos. Com isso, se torna necessário, materiais de estudo para os profissionais que irão receber em sala de aula esse grupo de alunos. Pensando assim, como se dá o aprendizado do aluno deficiente visual na modalidade de ensino EJA?

A inclusão além de ser a possibilidade e o meio de conhecermos o outro é também a oportunidade de conviver com diferentes realidades, tirar dessas convivências diferentes aprendizados e principalmente desenvolver e colocar em prática o respeito e a empatia com o próximo. Partindo dessa perspectiva objetiva-se na pesquisa da temática compreender como se dá o processo de inclusão do aluno com deficiência visual na modalidade de ensino EJA. Especificamente, analisar aspectos sobre a deficiência visual, como se dá o aprendizado do



aluno cego e analisar as bases legais que asseguram a inclusão desse indivíduo, entender como ocorre a inclusão desses alunos e compreender as principais dificuldades que predominam nesse processo.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi produzido por meio de pesquisas bibliográficas sobre a inclusão do aluno cego na modalidade de ensino EJA e no decorrer dela foi possível obter informações enriquecedoras acerca dessa temática. Sendo assim, a pesquisa é de natureza qualitativa, pois busca uma coleta de informações sobre o aluno deficiente visual na modalidade de ensino EJA com o intuito de abranger os conhecimentos e ter uma visão mais ampla do assunto em questão.

A pesquisa bibliográfica para Fonseca (2002) é realizada:

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A DEFICIENCIA VISUAL E BREVE HISTORICO

Quando se fala em deficiência visual logo vem à mente vários questionamentos e com certeza um deles é como se dá o aprendizado desse indivíduo. Mas para compreender o aluno deficiente visual e mais especificamente como se dá o seu aprendizado é necessário inicialmente se entender o que é a deficiência visual e as situações que ela ocasiona para o indivíduo em todas as áreas de sua vida.

Segundo o, Significados (2017), a deficiência visual é o que caracteriza o total comprometimento da visão ou o comprometimento parcial da visão e pode ser de um, ou dos

dois olhos, ou seja, o termo deficiência visual é utilizado para se referir à pessoa que possui total incapacidade visual ou pouca capacidade visual e que por conta disso apresenta certas dificuldades ao desempenhar determinadas atividades em sua vida cotidiana. A perda da visão pode ocorrer por fatores como: glaucoma, degeneração macular, retinopatia diabética e catarata.

[...] a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes, que interferem ou que limitam o desempenho visual do indivíduo (BRASIL, 2006, p. 16).

A falta da visão é uma situação muito complexa não só para o indivíduo mas também para todo o ambiente que o cerca e todo esse ambiente, influência de diversas maneiras para o convívio, para o psicológico e também para o aprendizado do aluno deficiente visual visto que para que haja o aprendizado e uma educação de qualidade é necessário que o ambiente no qual o aluno está inserido proporcione a ele os meios necessários para que o aprendizado aconteça.

Nos dias atuais, conta-se com vários recursos e especializações para profissionais da educação que fazem com que o aprendizado do aluno deficiente visual aconteça e para que ele se sinta incluído e parte desse processo proporcionando-o contato com outros indivíduos. A própria lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989 assegura o direito à pessoa com deficiência de inclusão tanto em escolas especiais, particulares ou públicas, mas nem sempre foi assim.

Durante a história da humanidade a pessoa com deficiência nunca foi vista como alguém digna, sempre foram inferiorizadas e tratadas como “miseráveis” privadas de seus direitos, sem nenhuma assistência eram excluídas e até mesmo mortas. Levou um certo tempo para que pessoas com deficiência tivessem acesso à educação até que em 1854 foi fundado o IBC (Instituto Benjamin Constant) que marcou o início da educação para pessoas cegas (REIS, 2010).

Com ele também chegou ao Brasil por meio do estudante José Álvares de Azevedo o sistema braille criado por um jovem francês Louis Braille que é um sistema de leitura tátil e escrita que é utilizado para que pessoas cegas possam ler por meio de seis pontos de alto-

relevo formam combinações referentes a letras e números. Esse sistema trouxe muitos benefícios no que diz respeito a inclusão social de alunos cegos e também ao aprendizado (REIS, 2010).

Antigamente, mais precisamente perto do início da Idade Moderna ainda se vivia um período místico com relação aos deficientes visuais considerando até mesmo como um infortúnio, os rejeitavam e os viam como inúteis principalmente para o trabalho considerando-os incapazes. Sabe-se que esse preconceito sucede até os dias atuais muitas das vezes até pela própria família. Observa-se assim, que a história e as lutas dos deficientes visuais não são recentes, ela vem de anos e é uma trajetória árdua na busca da conquista dos seus direitos e um deles é a educação. A própria existência do indivíduo imediatamente o impõe a uma necessidade de interação e convivência com outros e para que haja essa socialização utiliza-se de meios básicos como a fala, a audição e os nossos demais sentidos.

Quando se trata de interação e de vida é necessário usar desses sentidos e quando algum deles chega a “falhar” ou não está bem logo diminui a nossa qualidade de vida e logo não desempenhamos como antes determinada função, ou atividade e precisamos modificar hábitos, da mesma forma é para o aluno deficiente visual em sala de aula.

O ALUNO DEFICIENTE VISUAL E A EJA

Na questão da inclusão do aluno deficiente visual muitas questões são levantadas quanto a prática inclusiva, mas existe um número bom de estudos e materiais que procuram se inteirar de como ocorre a inclusão do educando com deficiência visual na escola regular. É nesse ponto que se desenvolve o foco de estudo deste capítulo que é o perfil e como ocorre a inclusão do aluno com deficiência visual na modalidade de ensino EJA em seu processo de aprendizagem.

Com a evolução e o passar do tempo, o importante papel da visão nas relações sociais e em todas as atividades nos fez acostumar a supervalorizá-la. Dessa forma, quando a deficiência visual é colocada em pauta a relacionamos a uma vida na escuridão e isso está atrelada ao pensamento de fechar os olhos e ficar no escuro. São muitos os dizeres como: "O que os olhos não veem o coração não sente", "Em terra de cego quem tem um olho é rei" que fazem com que o deficiente visual se sinta inferiorizado de forma a pensar não estar no mesmo nível da pessoa vidente.

Pode-se dizer que a inclusão de alunos deficientes ainda é um pouco recente e precisa de mais ênfase sendo necessário também que seja um assunto tratado em sala de aula como forma de ampliar os conhecimentos acerca das diferenças presentes no âmbito escolar.

Mazzotta (1996) enfatiza sobre essa necessidade:

A defesa da cidadania e do direito à educação de pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade, manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos. A conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiências podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século (p.15).

Vivemos em um mundo onde praticamente tudo está atribuído ao visual, ao digitar uma mensagem, ao se vestir, para passar um troco e muitas outras atividades que necessitam da visão para nos nortear. Segundo Sá, Campos e Silva (2007) a pessoa que enxerga tem uma comunicação visual com o mundo desde sempre, pois foi dessa forma que ela aprendeu e foi estimulada. Mas, embora a utilizemos para esses fins a ausência dela, nessas atividades não a torna mal executada ou inferior comparada a que foi realizada utilizando a visão.

Amiralian (1997, p. 24) ressalta sobre isso, para ele "assim em nossa mente identificamos o não-ver com a incompreensão, incompetência ou incapacidade de compreender e conhecer com perspicácia e profundidade as verdades do mundo", ou seja, tudo está associado ao ato de ver e quando não está é como se não fosse verídico ou como se não tivesse validade alguma e pra desmistificar isso não é uma tarefa fácil.

Segundo Nunes e Lomônaco (2010) a questão da visão está enraizada na nossa linguagem, pois em nosso cotidiano utilizamos frequentemente o verbo “ver” para tudo até mesmo para situações que não estão diretamente ligadas a visão mas também a percepção de algo, de mundo ou de pontos de vista. Sendo assim, como se dá o aprendizado do aluno cego numa sociedade onde o “ver” está enraizado em todas as áreas da vida cotidiana e principalmente na sala de aula EJA?

A uma diferença da EJA e da rede regular de ensino, pois em sua composição encontra-se um público adulto, vivido e experiente e nesse caso não se aprende a ter um olhar inclusivo, na realidade se reaprende. O público da EJA já traz consigo uma bagagem de saberes e a escola em sua função precisa o direcionar para seu processo e caminhada educacional. É muito importante que nesse desenvolvimento o profissional responsável pela turma saiba lidar, pois irão aparecer dificuldades nesse processo que precisam ser superadas.

Uma das possíveis dificuldades que esse professor poderá enfrentar é receber em sala de aula um aluno cego que não foi totalmente alfabetizado. Para que haja o aprendizado desse aluno se faz necessário que o professor faça uma observação, conheça suas particularidades e compreenda a forma com que o aluno aprende se familiarizando para elaborar estratégias de ensino, recursos e atividades diversificadas para que o aprendizado e desenvolvimento desse aluno aconteça.

Embora seja um trabalho que não depende somente do educador, ele precisa como profissional receber esse aluno deficiente visual na EJA acreditando em sua capacidade, analisando suas demais habilidades sejam elas motoras ou psicológicas considerando que ele é um ser humano como qualquer outro que possui suas limitações, mas que está ali para se desenvolver.

Um dos elementos necessários para o ensino desse público são que os recursos e as práticas pedagógicas sejam adaptados para a realidade e condição do aluno deficiente visual e que haja a flexibilidade. O método utilizado para ensinar um aluno deficiente visual é o tátil que segundo pesquisas é um método de leitura mais fatigante que o método visual (BRASIL, 2001). É preciso que haja estímulos, pois, os mesmos assuntos aplicados a alunos videntes são possíveis aplicar aos alunos deficientes visuais utilizando sua forma de leitura e escrita.

Nesse método é utilizado as pontas dos dedos para fazer a leitura e compreender o objeto. É o método de leitura e escrita de alto-relevo para cegos que se chama braile cujo professor da EJA precisa estar atento para que haja um processo de ensino e aprendizagem que consiga atingir os objetivos traçados, pois é também através desse sistema que vai haver a inclusão desse aluno nessa modalidade de ensino, seu desenvolvimento e sua interação social.

O SISTEMA BRAILLE E AS LEIS

Assim como em qualquer espaço e modalidade escolar, na EJA também se encontra alunos com necessidades especiais. Mas o avanço na inclusão veio com a Declaração de Salamanca de 1994 que apontou a necessidade de políticas públicas que viessem atender a todas as pessoas de forma igual (BRASIL ESCOLA, 2007). Todas as pessoas possuem direitos e um deles é o direito a educação como consta na Constituição de 1988. Mas, na prática e na realidade é diferente, é um processo para que essa lei se cumpra, pois, depende de



muitos fatores. Para deficientes, por exemplo, é necessário que haja a acessibilidade, no caso dos deficientes visuais o acesso e a inclusão se dão graças ao sistema braille.

Quando se fala em uma educação inclusiva nos vem à mente, diferentes necessidades e para que haja o atendimento dessas necessidades se faz necessário também a flexibilidade do professor em sala de aula. Para o ensino do aluno cego é essencial que o professor seja flexível nas adaptações dos conteúdos para melhor atender esse aluno e também que ele possua conhecimento sobre o braille (COSTA, 2009).

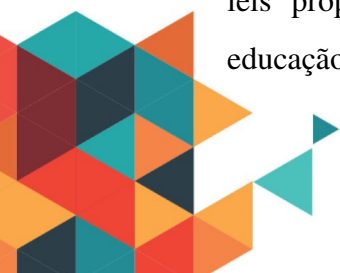
Sendo o instrumento de leitura e escrita do aluno cego, o sistema braille além de propiciar o desenvolvimento do aprendizado do aluno também oportuniza sua inclusão em sala de aula. A partir dele o aluno consegue ter um contato tátil com o objeto de ensino ampliando seu conhecimento e desenvolvimento.

O sistema braille é um mecanismo universal de leitura e escrita voltado para alunos deficientes visuais que foi desenvolvido por Louis Braille em 1825 para pessoas cegas. Esse sistema conta com pontos de alto-relevo que através da percepção tátil auxilia o aluno cego na leitura de palavras, frases e textos. Essa leitura e escrita consiste e acontece graças a celas que contem 6 pontos de alto-relevo que permite formar até 63 combinações diferentes (GOÉS, 1996).

A leitura pelo sistema braille é possível pois, nosso corpo consegue localizar espontaneamente aspectos sensoriais do tato sobre o que está sendo estimulado em nossa pele, tudo isso se chama localização pontual. É muito interessante como nosso corpo e habilidades sensoriais consegue mandar informações para o nosso organismo do que se encontra próximo a ele.

Portanto, fica claro que os dedos conseguem ter percepção de identificar coisas, sinais, e isso é o que permite que a pessoa deficiente visual fazer a leitura tátil. Mas o processo de aprendizagem do aluno cego na EJA com o sistema braille torna-se um pouco mais lenta pois, há estudos que mostram que a leitura tátil é mais fatigante por haver um desgaste tátil.

Com isso, ao pensar nas metodologias adotadas para ensinar pessoas deficientes visuais é preciso que inicialmente a adoção de métodos educacionais e sociais que inicialmente promovam uma reflexão sobre as possibilidades, sobre o sentido humano, sobre as ações pedagógicas e sobre o reconhecimento e respeito às diferenças das pessoas. Muitas leis proporcionaram mudanças bastante significativas para o contexto social e para a educação.



No que diz respeito a educação especial uma das principais é a Lei de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDBEN (9.394/96) que destaca que o Estado possui o dever no inciso III do Art. 4º de: “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996). Garantindo também acesso para todos os níveis de ensino e a adaptação dos currículos voltando-se para atender as deficiências.

Outra lei que também assegura os direitos dos indivíduos com necessidades especiais é o Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 que “Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências”.

Nela dispõe direitos básicos como os de educação, saúde, trabalho, turismo, cultura, lazer, assistência médica e entre outros direitos. Mas também informa no Art. 6º, “III – incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitando as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação [...] (BRASIL, 1996)”.

Além de viver uma luta incansavelmente por seus direitos se faz importante já que a educação é para todos e direito de todos, que haja a inclusão efetiva no âmbito da educação independente das necessidades diferentes que a pessoa possua. E que dessa forma se desenvolva uma educação sem preconceitos, discriminação devido suas condições sejam elas físicas ou não.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observa-se então que a inclusão de alunos deficientes visuais na modalidade de ensino EJA ocorre segundo as leis, sistemas de ensino, mecanismos e adaptações. Muitos autores e seus pensamentos nos ajudam a ampliar os conhecimentos acerca da deficiência visual, da modalidade de ensino EJA e do sistema braille utilizado para o ensino-aprendizagem desse aluno em sala de aula (BRASIL, 2007)

Sá e Campos (2007) fazem uma significativa e importante observação sobre os videntes mostrando que eles possuem o contato com o mundo porque desde cedo foram estimulados assim. Será da mesma forma com os deficientes visuais? Mesmo sem ver se houvesse estímulo teriam esse contato com o mundo?

Amiralian (1997) mostra que sim, pois é algo orgânico, nosso corpo possui essa habilidade de percepção, sensorial, do tato e através disso manda estímulos e comandos para o nosso organismo fazendo com que haja esse contato com o mundo e com o que está a nossa volta, possibilitando também utilizar do sistema braille.

Percebe-se então, que o que falta para que a real inclusão aconteça não são as leis, nem os mecanismos utilizados para ensinar e transmitir o conhecimento ao aluno, mas sim a sensibilização e o desenvolvimento de humanização em sala de aula para receber o diferente em suas vidas e cotidiano com aceitação e respeito a suas particularidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se com a pesquisa bibliográfica realizada que a inclusão é uma vitória de uma luta constante que ainda precisará percorrer um longo caminho e trajetória mas que já tem alcançado várias vitórias. Podemos perceber também as diferenças nas metodologias voltadas para os alunos deficientes visuais na modalidade de ensino EJA no seu processo de leitura, escrita e assimilação na utilização do sistema Braille.

Através desta pôde ser observado de forma ampla a respeito da deficiência visual a sua luta e árdua trajetória percorrida para chegar até aqui como: os preconceitos, sua história, e também os contribuintes para que hoje o aluno deficiente visual tivesse a oportunidade de sentir o mais próximo de igualdade em um mundo ainda não totalmente igualitário.

Foi possível constatar também as peculiaridades do aluno deficiente visual em sala de aula e na modalidade de ensino EJA como seu aprendizado num mundo de videntes e onde o verbo ver é predominante e enraizado em nosso cotidiano. Abrangem-se também as necessidades desse alunado e possíveis desafios do professor ao receber em sala de aula um aluno deficiente visual.

A pesquisa possibilitou também coletar informações sobre o sistema braille e suas especificidades com relação a sua importância na vida do aluno deficiente visual no seu funcionamento e também no processo de ensino e aprendizagem desse aluno. As leis que garantem o acesso desse aluno também foram comentadas e levadas em consideração.

Portanto, buscou-se fazer uma abordagem breve, mas esclarecedora dos aspectos que norteiam o aprendizado do aluno deficiente visual na modalidade de ensino EJA e também da

sua inclusão, do apoio e do suporte necessário para que ocorra o aprendizado dentro do espaço na qual ele ocupa.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. **Compreendendo o Cego: Uma visão Psicanalítica da Cegueira por meio de desenhos-histórias**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito a educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais - orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF, 2001. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL/MEC. Lei 9394/96 - **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Básica**. – Brasília: MEC, 1996. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Decreto Nº 3.298 – **Regulamenta a Lei Nº 7.853 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília, 1996. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL, Escola. **Mesopotâmia**. Meu artigo. 2007. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia-geral/mesopotamia.htm>. Acesso em: 10 set. 2021.

COSTA, Renata. Nova Escola. **Como funciona o sistema braille?** 2009. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/397/como-funciona-sistema-braille>. Acesso em: 22 set. 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Acesso em: 10 set. 2021.

GOÉS, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. Acesso em: 10 set. 2021.

MAZZOTA, Marcos. **Educação escolar: comum ou especial**. São Paulo: Pioneira, 1996. Acesso em 10 de setembro de 2021.

NUNES, Sylvia; LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 105-1120, 2010. Acesso em 10 de set. 2021.



REIS, Rose. **À FLOR DA PELE** – inclusão de crianças com deficiência visual. 1ª Ed. São Paulo: Cia dos Livros, 2010. Acesso em: 10 set. 2021.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual**. Gráfica e Editora Cromos: Brasília, 2007. Acesso em 10 de set. 2021.

SENADO FEDERAL. **Atividade legislativa**. Disponível em:
https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_205_.asp#:~:text=205.,sua%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20trabalho.
Acesso em: 04 out. 2021.

SIGNIFICADOS. **Deficiência visual**, 2017. Disponível em:
<https://www.significados.com.br/>. Acesso em: 22 set. 2021.

